



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0563/05	DATA: 12/5/2005
INÍCIO: 10h29min	TÉRMINO: 12h03min	DURAÇÃO: 01h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h34min	PÁGINAS: 38	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
DIÓGENES DANTAS FILHO - Coronel de Infantaria

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.
Votação e aprovação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Comunico a V.Exas. o recebimento do expediente do Deputado Paulo Pimenta justificando sua ausência na reunião do dia 5 de maio por ter participado como palestrante do Seminário Nacional do Agronegócio.

Ofício do Deputado Coronel Alves informando que estará, dias 11 e 12 de maio, cumprindo agenda no Estado do Pará.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública, com a presença do Sr. Coronel de Infantaria Diógenes Dantas Filho, e ainda para deliberação de requerimentos.

Convido o Sr. Coronel Diógenes Dantas Filho para tomar assento aqui à Mesa, por favor.

Antes de iniciar, Coronel, eu gostaria de dizer que o que chamou a atenção para esta Comissão foi um trabalho de sua autoria sobre tráfico de armas no Brasil, inclusive que foi colocado na revista *Carta Capital*: Por terra, ar e mar — Estudo à disposição do Exército revela as principais rotas de tráfico de armas e expõe a fragilidade das fronteiras, portos e aeroportos. Foi um trabalho de sua autoria, nos chamou bastante a atenção. Muito do que o senhor coloca no trabalho nós estamos já confirmando na CPI. Então, seria uma oportunidade para que pudéssemos nos aprofundar um pouco mais.

E eu gostaria de passar a palavra a V.Sa., pelo tempo de 20 minutos, podendo se estender mais se precisar, e depois, então, as arguições dos Deputados.

Antes de passar a palavra a V.Sa., eu gostaria de agradecer ao Plenário, que cedeu esses óculos ao Presidente, que esqueceu os dele. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Por isso que eu estou vendo V.Exa. mais simpático hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou mais simpático, não é?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Esses óculos emprestados foram um grande achado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que foi melhor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Está bem simpático — bem mais jovem, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado a V.Exas. pela gentileza.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Quase feminino...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu passo ao Coronel a palavra agora.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sr. Deputado Moroni Torgan, senhores membros desta CPI, os presentes aqui que nos assistem, bom dia. É uma satisfação poder contribuir com esta audiência. Inicialmente, eu quero registrar que o meu trabalho foi um trabalho de natureza escolar, que visava a contribuir, a aumentar a fiscalização do serviço de produtos controlados no âmbito do Exército, e que essa reportagem não tem... não autorizei a publicação do meu trabalho e também, é extensivo trabalho, e que ela não retrata na íntegra todo o meu trabalho, que tem “inferições” do autor dessa matéria. Quanto ao meu conhecimento a respeito do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados, deu-se por ter servido na 1ª Região Militar, onde eu coordenava algumas seções, e, entre essas seções, o Serviço — que é uma seção, a gente chama de serviço, mas é Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados. E vendo que muitas das vezes o usuário do sistema de serviços de fiscalização a produtos controlados às vezes tinha as brechas que burlavam aquela legislação que estava em vigor na época, então, daí a minha contribuição para aumentar o mecanismo de controle sobre as armas dos colecionadores, atiradores e caçadores. E estudei um pouco o regulamento R-105, que trata dessa matéria no âmbito do Exército, que, desde 1934, já preconizava o desarmamento, já contribuía com a atual intenção desta Comissão, que seria o desarmamento. Porque já previa que as armas com rasuras no seu número deveriam ser destruídas e as armas que poderiam ter um aproveitamento para os órgãos de segurança pública, então, poderiam ser feitas doações. Com o advento do Estatuto do Desarmamento, isso já não é mais permitido. E, ao longo do tempo, esse regulamento, ele sofreu alterações, foi realimentado, aumentando o mecanismo de controle. E depois, então, a partir de 1988, com a nova Constituição e mudanças políticas, ocorreram, então, surgiram aí... os órgãos de segurança pública



foram surpreendidos com o chamado crime organizado. E dentro do chamado crime organizado, o tráfico de armas é um dos vetores desse crime. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Coronel, em primeiro lugar, eu quero que V.Sa. fique bem à vontade. Eu acho que é uma oportunidade de prestar uma grande colaboração ao País, num assunto que infelizmente não é um assunto fácil. É um assunto que nós vamos encontrar... Esta CPI está no início, ela vai encontrar ainda muitos obstáculos pela frente.

E eu gostaria, já que o senhor disse que nesta reportagem da *Carta Capital* que saiu o seu estudo... Estudo feito em 2001, é isso? — 2002, 2002. E é um estudo bastante recente, bom. Claro que de lá para cá... Mas eu gostaria... O senhor disse que tinha algumas coisas que o senhor tinha colocado que não saíram ali. O senhor poderia nos dizer quais foram as observações que o senhor fez que não saíram ali na revista? E o que precisava mudar e o que mudou de lá para cá na sua opinião?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O trabalho chama-se *Armas de fogo e produtos correlatos: uma política para o Exército*. E é óbvio, por questão de mídia, não havia interesse que fossem publicados os mecanismos, as exigências, não é, que o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas esse é um trabalho — deixa eu entender o que o senhor falou —, é um trabalho público, é ostensivo, não é reservado.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Ele não é reservado, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, não tem nada demais a mídia ter repercutido o trabalho, já que é um trabalho público que aconteceu.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor. Eu só registrei porque não está na íntegra o trabalho e tem algumas “inferições” do autor da matéria, não é? Por exemplo terra, mar e ar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, essas “inferições” que o senhor poderia colocar para nós aqui para ficar uma coisa mais completa para a CPI.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu... Realmente... Foi em 2002 que saiu a matéria, e depois eu não tomei mais conhecimento, não é? Mas o que eu posso



dizer é que no trabalho eu listei vários procedimentos, que deveria o servidor público ter um procedimento padronizado para evitar a burla da legislação por parte do usuário. Então, estão elencados vários procedimentos que não constam desse trabalho. Então, a fim de fortalecer o serviço de fiscalização. A grande dificuldade que a gente encontrava na ocasião da fiscalização das armas... porque armas se encontram normalmente num domicílio. Então, quando o elemento que fosse fazer a vistoria e encontrava uma irregularidade e tinha que fazer uso da legislação que estava em vigor, existia, e existe, a legislação, que é a Constituição, que dá o amparo para o detentor porque ele estava dentro do seu lar. Então, isso dificultava, era uma das formas de dificultar o trabalho do fiscalizador. Uma proibição inclusive de um contato mais direto com o usuário daquele sistema. Foi criada uma ouvidoria, criados os prazos. Então, era uma política com ações para melhorar o sistema de fiscalização. Como eu disse, o sistema sofre sempre uma realimentação. E a idéia era essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito bem, coronel. Eu vou permitir que os demais Deputados possam perguntar, e o Relator teria algumas perguntas para fazer. Vou passar o tempo ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Coronel, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Sa. Atualmente, coronel, o senhor está lotado onde?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - No Comando Militar da Amazônia, sediado em Manaus.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comando Militar da Amazônia. General Figueiredo, não é?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lá de Bagé, nosso conterrâneo.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor é de onde, coronel?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sou de Teófilo Otoni, Minas Gerais, mas fui criado no Rio. Então o meu sotaque é carioca.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Então, quando o senhor realizou esse estudo, o senhor estava lotado já lá na Amazônia?



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não, senhor. Eu estava no Rio de Janeiro, na 1ª Região Militar. Inclusive, logo após a realização desse trabalho, eu escolhi então para... tive o direito de escolha de servir em Manaus.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tive a oportunidade, juntamente com o colega Deputado Colbert, no ano passado, de participar de um trabalho, a convite do Exército. Estivemos fazendo uma missão na Amazônia, estivemos em São Gabriel da Cachoeira; posteriormente, fomos a Tabatinga. Visitamos vários pelotões especiais de fronteira em toda a região. Conhecemos também o Centro de Treinamento de Guerra na Selva, lá em Manaus. Voltamos todos muito impressionados e, diria também, entusiasmados com o trabalho desenvolvido pelo Exército em toda a região da Amazônia. Certamente esse fato justifica ainda mais a contribuição, a colaboração que V.Sa. pode prestar ao País neste momento em que nós estamos exatamente buscando uma compreensão melhor de como ocorrem esses processos de entrada de armas ilegais no País, onde é que estão exatamente as deficiências, as fragilidades e quais são os mecanismos que nós podemos adotar exatamente no sentido, na perspectiva de fazer com que a ação do Estado, de uma forma geral, possa ser mais eficiente.

Vou começar aqui pelo que está colocado aqui com relação ao Rio Grande do Sul. O senhor incluiu o Rio Grande do Sul no seu estudo?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a sua opinião hoje sobre esse controle de armas e a questão da Argentina e do Uruguai nesse cenário nacional hoje sobre o tráfico de armas?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O controle... a busca pelo controle de armas hoje, com a própria OEA também... com a ascensão do crime organizado, passou a ter essa preocupação. E eu acredito que a Argentina também e o Uruguai têm leis semelhantes às nossas, e deve haver inclusive o intercâmbio entre os países para que melhore o mecanismo. Inclusive na ocasião, quando eu trabalhava no SFPC, na região, tinham inclusive protocolos do MERCOSUL assinados, até na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um dos protocolos sobre o controle de armas de fogo e produtos correlatos, que ocorreu um encontro inclusive no Chile, o Chile como convidado para integrar o MERCOSUL. Agora, lamentavelmente, talvez não tenha atingido o desejado, o que a gente espera,



porque é a parte do ilícito. Então, pelos estudos e uma análise do que é publicado diariamente pela própria mídia, chega-se à conclusão de que ali existem corredores de exportação de armas, de contrabando de armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Na sua opinião, como estudioso a respeito da matéria, onde é que estão hoje os pontos mais frágeis do controle das fronteiras e que permitem a entradas dessas armas, principalmente essas armas de mais grosso calibre, no País?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - No meu entendimento, o tráfico de armas difere basicamente do tráfico de drogas, porque este já nasce na ilegalidade, e o tráfico de armas normalmente começa com uma ação legal, uma ação autorizada pelo Estado. Daí que eu acho a grande dificuldade do rastreamento, do controle desse mecanismo. Então, a autorização para fazer uma compra de um determinado produto controlado, armamento ou munição, tudo autorizado, mecanismos todos transparentes e, depois, então, não chega no destino daqueles documentos. Então há um desligue, não é, ou chega só parte ou metade no destino da nota fiscal daquela mercadoria. Normalmente, há uma contribuição ou uma participação do agente que fiscaliza esse produto. É facilitado pela ação fiscalizadora...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No caso, a arma de fabricação nacional, não é?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Sim, senhor, uma exportação nossa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma arma de fabricação nacional teoricamente exportada para um segundo país, e essa arma acaba ou retornando ao Brasil ou muitas vezes nem saindo do Brasil.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Sim, senhor. Embora exista protocolo, por exemplo, um país vizinho, amigo, o Paraguai, a exportação de munição, na ocasião que eu trabalhava, a fiscalização só podia ser o transporte para esse país vizinho de avião e com o destino para a capital, para evitar justamente o desvio na...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor trabalhou na parte de fiscalização?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Sim, senhor. Na supervisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No setor do General Rosalvo, que é hoje...



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Não, foi antes. Foi...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, trabalhou naquele setor de controle de fabricação...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Não, não. Ali é o órgão técnico normativo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Eu trabalhei na execução, realmente, que é nas regiões militares.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nas regiões militares.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Porque o serviço de produtos controlados, em cada região, que são 12 regiões, tem um serviço de fiscalização de produtos controlados, e esses serviços de produtos controlados também têm umas subseções ou outros serviços que ficam subordinados aos serviços de fiscalização regional.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Esse trabalho de fiscalização, ele começa dentro da fábrica, não é? No processo de fabricação de armas e munições.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Sim, senhor, mas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele acompanha... No caso, por exemplo, da exportação, o Exército não acompanha essa fiscalização digamos até o produto sair do Brasil. Ele não acompanha esse produto até o final. Não é da competência do... Fabricou. Vou fazer uma venda para o Sri Lanka, não é? Esse trabalho de acompanhamento até a carga ser acondicionada no navio, no avião, e mandada embora, o Exército não acompanha.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Acompanha, sim, senhor. Que tem o desembaraço alfandegário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas como é que ocorre, então, essa possibilidade, por exemplo, de eu vender, exportar e a mercadoria não ir?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - É depois no trajeto, porque não é escoltada. Por isso, afim de evitar o descaminho, quando é terrestre, quando, eu falei, o país vizinho aqui, seria de avião para evitar justamente isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo, certo.



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Entendeu? Agora, são meios criativos do contrabandista. O regulamento na ocasião, eu li já o Estatuto do Desarmamento, não é? Então, o R-105 previa que existisse um oficial dentro da fábrica fazendo um acompanhamento diário, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHOS - Embora, na região, como nós não tínhamos nenhuma fábrica, a não ser a fábrica Estrela, que tinha uma unidade mais próxima, que era destacado um engenheiro militar para fazer esse acompanhamento daquele produto controlado. A minha parte, que era específica do colecionador, atirador e caçador, basicamente, era do controle das guias de tráfico, expedição do certificado do registro e das revistas, inspeções, inopinadas ou programadas nos acervos desses colecionadores, atiradores e caçadores.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Correto. Então, só antes de passar para essa questão, que nos interessa também, mas não entendi ainda como é esse procedimento da exportação.

Nós também temos já essa informação de que o Paraguai, a rigor, ele não pode, desde 99, adquirir armas brasileiras, de fabricação nacional. No entanto, colegas já relataram — futuramente e certamente vamos fazer uma inspeção — que é comum, em casas especializadas, na fronteira com o Paraguai, uma farta oferta de armas de fabricação nacional. O que tudo leva a crer que são países que importam essa arma e numa operação triangular remetem novamente essa arma ao Paraguai ou essa arma nem chega a sair, pode ir direto ao Paraguai.

Eu não entendo o seguinte: a arma é fabricada, como o senhor colocou, dentro de uma empresa legalizada, tem uma fiscalização. Onde é que ela passa da legalidade para a ilegalidade?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Esse é o “x” da questão.

] **O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Exatamente isso que nós queremos descobrir.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Por isso eu falei para o senhor que normalmente começa com uma ação legalizada. Inicialmente, a terrestre fica, às vezes, por exemplo, entra por um porto e tem que seguir...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O caso é: o Brasil está exportando, tem uma fábrica lá no Rio Grande do Sul, pegar o exemplo. A fábrica vai vender mil



pistolas para a Inglaterra. O Exército acompanha até esse material ser colocado, o desembarço alfandegário. Nesse caso, por exemplo, não teria possibilidade.

No caso terrestre, por exemplo, como é que ocorre?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Faz o embarque do material, o navio — eu nunca vi, mas é da criatividade do meliante. Fez o embarque. Então, o navio saiu do porto. Num mar mais calmo, há o transbordo para uma lancha. Então, é a criatividade, é segue parte...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Perfeito, o processo realmente...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - E aí que eu falei para o senhor, não tem escolta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas o Exército... Por exemplo, eu vendi mil armas. Quando essas armas são vendidas, o Exército sabe ali: bom, vendeu mil pistolas, número de série tal, tal, tal. Se acontecer esse episódio, por exemplo, mar mais calmo, pega uma lancha e traz de volta para o País. É bastante provável que um percentual significativo dessas armas seja pego pela Polícia, seja apreendido em operações.

Há um sistema hoje de controle que permita você identificar uma arma apreendida, a origem dela, para que ela foi vendida, como que ela foi vendida? Se aquela carga que foi... Enfim, não seria através do rastreamento, o mecanismo mais eficiente, mais eficaz de controlar o caminho que essa arma percorreu?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim senhor. O processo de rastreamento é um processo difícil, posso assegurar isso para o senhor porque trabalhei durante dois anos também na parte de rastreamento e a gente fica dependendo da nomenclatura da arma, ou seja, do número da arma. E normalmente isso não chega para gente. E quando o senhor vai solicitar à fábrica ou ao país exportador, porque no caso o senhor exemplificou só a nossa exportação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA Sim, no caso estamos trabalhando, ainda, com arma nacional.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É, com arma nacional. Então...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas, por exemplo, a empresa, ela não dá a relação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para entender: o número da arma não está na arma?



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Está na arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, e aí qual é o problema de perguntar para empresa...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É o processo que é difícil, porque demora. O que eu quero dizer é isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando, por exemplo, eu tenho uma empresa e vou fazer uma exportação. Eu preciso da autorização do Exército. Eu não comunico o Exército: eu vou vender 100 pistolas, número A1, número de série tal, tal, tal; A2, número de série tal, tal, tal. O Exército não tem essa informação prévia da arma que vai ser exportada?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Quando é nesse nível de exportação, não foge da parte regional. Então, seria na diretoria, mas tem. O que o Sr. Deputado falou é verdade, demora, mas chega isso aí. Mas normalmente a arma que vai para o crime, que normalmente é o que a gente recebe, ela já está com o número raspado, aí é que se torna mais difícil o rastreamento desse armamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Eu estou achando muito interessante a sua contribuição, porque eu concordo muito com esse raciocínio.

Por que razão, então, nunca foi exigido das empresas que coloquem um sistema de controle mais difícil? Todo mundo sabe que é barbada raspar o número de uma arma. Mas em vários outros lugares do mundo existem sistemas mais sofisticados, onde o número está numa parte interna. Eu não entendo porque razão, no Brasil, nunca foi implementada uma política que exija do fabricante a colocação de um mecanismo mais eficiente que... Convenhamos, arma usada para crime, o sistema de identificação ser externo, através de um número, é muito fácil de ser retirada a identificação, não lhe parece?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu concordo com a afirmativa do senhor. Agora, realmente, eu desconheço a razão, porque ainda não foi implementada essas medidas. E também gostaria de registrar que a problemática da arma, ela surgiu a partir de 1988, praticamente, quando se deu a escalda da violência. Talvez como quase todas as normas existentes, a nossa, são de 96, tratando até do crime organizado, acho que justamente está na oportunidade que esses mecanismos sejam implementados.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu lhe fazer um outra pergunta: o senhor falou que trabalhava na parte de controle de colecionadores, atiradores.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Existem esses clubes de tiro. É comum a existência de clubes de tiros. Você conhece os clubes de tiro?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu nunca compareci a nenhum deles. Mas eu os conheço por documento. Não compareci...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eles são registrados?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Todos os clubes que nós temos conhecimento são registrados e são feitas vistorias.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esses clubes de tiro podem importar arma e munição?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O colecionador, ele pode solicitar, através do clube, pode até carrear essa solicitação para o Serviço de Fiscalização Regional, e essa documentação é encaminhada para a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, e que será feita uma avaliação da viabilidade ou não da importação dessas armas.

Gostaria também de falar para o senhor que nunca compareci a nenhum clube de tiro até para evitar o contato com os colecionadores e atiradores e evitar algumas observações ou uma aproximação. O meu tratamento foi somente técnico.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Medida prudente.

Eu pergunto: então, nós teríamos condições de obter, se assim fosse a intenção da CPI, de saber, por exemplo, toda a munição, quem importou arma e munição nesse último período? Está tudo devidamente registrado?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu acredito que sim. Agora, tem, inclusive quando estava lá na região, o serviço de fiscalização, por determinação do comando, nós também preocupados principalmente com a munição, nós estávamos fazendo um recolhimento e inquirindo inclusive aqueles que tinham máquinas de recarregar que nós julgávamos que era muito mais perigoso, porque se tiver a arma somente, o risco não é tanto, mas principalmente a munição. E muitas das vezes a gente se liga muito no armamento e não se liga na munição. Inclusive, até foi uma correção do Estatuto de Desarmamento, que a lei anterior não tratava, era muito



específico, dessa parte da munição. Então, lá na região nós tivemos muitas buscas, por determinação do comando, de máquinas de recargas, que não estavam de acordo com a legislação, porque a legislação, na época, restringia muito o uso das máquinas de recarga.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. De minha parte, Sr. Presidente, por hora, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou passar direto ao Deputado Colbert Martins, depois eu vou fazer alguns questionamentos. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Coronel Diógenes, esse trabalho foi feito para a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor. É a monografia apresentada por término de conclusão do curso. É um trabalho escolar. Então, estamos realizando um curso de Política, Estratégia e Auto-Administração do Exército.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse trabalho foi avaliado e analisado lá, na escola?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Foi, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A monografia foi aprovada?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Foi aprovada, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, devemos entender que se trata de algo de muito boa qualidade, até porque não foi apenas um trabalho do senhor, mas um trabalho aprovado. Estou falando isso como professor que sou de uma universidade e sei que o caráter de uma monografia não é apenas a apresentação dela. A monografia tem que ser defendida. O senhor deve ter defendido a monografia, deve ter sido argüido também por outras pessoas. Então, trata-se de um trabalho de alta qualificação, porque se trata de um trabalho de nível universitário. A Escola de Comando do Estado-Maior do Exército é um nível ... E essa monografia é uma monografia que qualifica o apresentador, mas também ela é chancelada por uma escola de reconhecida qualidade, como é a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, coronel, coloca logo em seguida aqui a matéria que junto com a Justiça Militar Federal houve articulação de uma operação chamada Operação Planeta?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É, inclusive um dos motivos que falei, nunca participei dessa operação. Limitava-me ao meu serviço na fiscalização e não tomei conhecimento, através dessa matéria, dessa Operação Planeta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, na realidade, trata-se de duas coisas. O senhor fez uma avaliação sobre fiscalização de arma de fogo e produtos correlatos, agora houve também uma Operação Planeta. Essa operação aconteceu, ela existiu, o senhor não participou dela, mas ela existiu.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Tomei conhecimento pela matéria do jornal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Houve inquérito policial militar, realmente?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Vários inquéritos policiais militares ocorreram no âmbito da região. Eu mesmo realizei mais de 5 inquéritos por determinação do Comando, a fim de aumentar o mecanismo de controle das armas e produtos correlatos no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor coloca que o Rio Grande do Sul é um grande corredor de tráfico de armas. No seu trabalho isso está colocado?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Está colocado que, inclusive, pelas cidades gêmeas passam muitos, até porque em muitas localidades do Estado está ausente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando estávamos falando que as armas saem ou entram, o que é isso, coronel? Entram ou saem? Saem mais do que entram? Como é esse mecanismo? Vêm mais de lá para cá? Nós exportamos mais e elas voltam ilegais? O que o senhor avaliou disso?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Esse trabalho é resultado das apreensões realizadas no âmbito do Rio de Janeiro para segurança pública. Então, em parte teve uma época, se não me engano, em 2001, um grande aparecimento de granadas argentinas, armamento de fabricação também argentina, e, segundo



levantamentos e análises das publicações, o Uruguai era mais uma passagem na triangulação do corredor de entrada pelo Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Entendo que esse trabalho do senhor foi feito com base nas apreensões realizadas no Rio de Janeiro, trabalho ...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Das publicações, dos periódicos e ...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não saiu para poder, por exemplo, ir ao Rio Grande do Sul, nem feito...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA -.... nenhuma outra visita ...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não compareci em nenhum Estado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São dados, então, que o senhor inferiu pelos armamentos apreendidos no Rio de Janeiro, de onde eles tinham origem.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - E de matéria de publicações de jornais do Rio Grande do Sul, matéria da Internet e participado do Conselho Estadual de Segurança Pública, que tinha vários órgãos estaduais no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que qualifica muito mais ainda as informações que o senhor nos traz. Devo entender que isso é 2002, esse trabalho foi apresentado no final de 2002.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Refere-se a dados de 2001, portanto, 2002.

Coronel, o senhor coloca também nas suas conclusões que a legislação é ampla e complexa e dá margem a interpretações diferentes quanto à guarda, ao controle, ao rastreamento e à fiscalização de armamentos de uso restrito, além de ser desconhecida por autoridades envolvidas no serviço.

Como é que essa legislação ... Pelo o que o senhor está colocando, é ampla e confusão, complexa ... Em nível de responsabilidade, coronel, onde o senhor colocaria as deficiências maiores dessa complexidade? Onde está a ineficiência desse processo?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu li várias vezes, várias portarias, regulamentos, a lei anterior, acho que é a 9.134, a Lei de (*ininteligível*), e normalmente a nossa própria língua é complexa e permite — como professor, o



senhor sabe disso. E às vezes uma portaria abria uma brecha para determinado assunto. Então, ficava sempre um flanco exposto. Mas agora com o Estatuto do Desarmamento, essa legislação toda ficou caduca. Então, está bem mais clara e mais rígida a aplicação do Estatuto. A parte de qual era o calibre permitido, qual é o calibre que não é permitido, a arma semi-automática, agora está bem mais simples. Na ocasião, realmente, eu julgava difusa, confusa a legislação.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Então se o senhor for fazer uma avaliação, uma atualização do seu trabalho hoje, já considerando sob as novas leis, provavelmente nós já teríamos...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Tivemos um avanço, tivemos um avanço muito grande em termos de mecanismo de controle de armas de fogo e produtos controlados.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Isso já está sendo aplicado pelo Exército, pelas outras forças responsáveis? De quem são as responsabilidades, coronel, além do Exército? Polícia Federal, polícias estaduais, como é esse grau de controle?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Há uma bipartição em que o Exército cuida da parte dos colecionadores, atiradores e caçadores e alguns materiais controlados, há uma listagem, e a Polícia Federal. E essa legislação, até o próprio R-105, que solicita a cooperação dos demais órgãos, os órgãos de segurança pública, os órgãos policiais, então todos eles têm uma atribuição. Uma das coisas que dificultou e muito até antes da existência do Estatuto do Desarmamento é que o R-105 preconizava determinados procedimentos e os demais órgãos não contribuíam. Então, exemplo, a apreensão do armamento: o armamento não tendo mais finalidade judicial, deve ser recolhido para o Exército, que agora no novo Estatuto está bem claro, inclusive com prazo. Anteriormente não. Exemplo: no Rio de Janeiro, como eu citei, o problema das granadas, tinham cerca de 500 granadas estocadas de maneira irregular, numa determinada repartição, que corria risco. Como não foi avisado o serviço de fiscalização, já tinham quase 500 granadas, enquanto se fosse sintomática a apreensão de 3, o procedimento policial na Justiça, o recolhimento. Então seriam estocadas ou até mesmo destruídas com maior segurança.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor também identifica no seu trabalho *lobbies* fortes no Congresso Nacional. Isso existia, existe, o senhor entende como existência, como não existência?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu atualmente não tenho acompanhado essa parte...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas na época...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - ...mas na ocasião, baseado inclusive nas publicações, nos periódicos, inclusive em manchetes, existiam essa parte. E conversando até mesmo com alguns colecionadores, muitos até apostavam que o Estatuto do Desarmamento não sairia do papel.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor deu uma explicação aqui ao Deputado Paulo Pimenta sobre o começo de uma ação legal migrando para a ilegalidade durante a comercialização. As leis atualmente, o senhor acha que o Estatuto atual já pode diminuir, impedir essa migração da legalidade para a ilegalidade?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - A exigência é maior e o mecanismo de controle também. Mas como depende da capacitação do homem que está fiscalizando, pode continuar ocorrendo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Então nós temos ainda brechas importantes que mesmo com o novo Estatuto nós ainda poderemos ter essa migração da legalidade?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - No trabalho foi proposto que o agente assumisse um compromisso para que realmente não tivesse um trabalho exemplar quando estivesse no sistema de fiscalização, justamente para evitar. Era a proibição de receber mimo, um presente, mesmo que a título de mimo, para evitar justamente uma cooptação e uma facilitação na hora da fiscalização.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deputado Paulo Pimenta, eu acho que nesse ponto o senhor tentou fazer uma... acho que o coronel pode nos ajudar muito talvez com sugestões para que isso possa ser impedido.

O senhor identifica também no seu trabalho as áreas de pobreza, a corrupção, a impunidade, o fraco aparato de segurança pública, múltiplas atribuições da Polícia Federal. Problema conjunturais ...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - ... que dificultam e que, pelo que eu entendo, esses continuam completamente atuais. Eu não vou nem perguntar sobre isso porque sei da sua atualidade.

Coronel, eu estou concluindo, mas na semana passada nós ouvimos algumas pessoas aqui e uma colocação era de que podia haver uma nova entrada de armas no Brasil através das Guianas, principalmente através do Suriname.

No seu trabalho, o senhor identifica contrabando da ex-Guiana Francesa, está colocado aqui, de Cayenne, não sei se o senhor lembra exatamente disso.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Lembro, sim, senhor, inclusive quando operei em manobras, no Estado do Amapá, determinei que um grupo fizesse um reconhecimento do local, já na fronteira norte, e por acaso encontramos um *cachier* de 3 armas. O trabalho não é só teórico, tem algumas coisas de experiência vivida. Então, o caso do Amapá é um exemplo. Esse caso foi em 1997.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, tenho um requerimento, mas parece que essa questão da Guiana, da fronteira norte, parece que é algo mais do que material para se poder investigar.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O problema de que a gente tem conhecimento, nessa faixa de fronteira, não são de armas de uso restrito, são armas calibre 12, 20, mas inclusive arma estrangeira de origem européia, na apreensão que foi feita...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - A pessoa que deu o depoimento aqui disse, no seu depoimento, que compraria fuzis a partir do Suriname. Essa foi a informação que tivemos aqui, porque havia contatos existentes por lá. Mas de qualquer forma é algo que realmente vamos avaliar.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Na situação do Suriname, realmente é mais preocupante e lá talvez tenha uma sinalização de indício de armas de calibre restrito, já o controle na parte francesa é maior e tem inclusive — e estive, na semana passada, lá na Guiana Francesa e conheci o sistema, inclusive com a Polícia Federal deles, a Gendarmerie. Então, realmente é mais preocupante...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O sistema de controle o senhor conheceu?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor. Então, tenho trabalhado...



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Talvez o convite ao coronel, alguém que nos possa acompanhar, ele já tem conhecimento, acho que está avançando nessa linha.

O senhor colocou que no mar pode haver transposição de contêineres ou caixas de armas e há dificuldade também por falta de uma guarda costeira. Esse instrumento, se tivesse, teríamos condições de reduzir esse transporte?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Estou convicto de que, se houvesse um órgão específico, principalmente na faixa litorânea, temos cerca de 7.500 quilômetros, isso também iria reduzir, assim como especificamente uma polícia de fronteira, e com órgão específico. Copiamos muitas vezes coisas do país do norte, país que tem uma dimensão muito semelhante à nossa, ele tem, de Polícia Federal, cerca de 14 mil, tem uma polícia de fronteira e de imigração, tem uma guarda marítima. Então, acho que eu, inclusive no documento, faço essa observação, que é um pensamento meu, para que melhorasse o controle seria interessante que tivesse específico um órgão para essa parte, até porque nós somos federação, então cada um fazendo uma parte, a resultante seria mais forte.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Estou satisfeito. Solicitaria do Presidente que pudéssemos ter a monografia integral do trabalho do coronel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, a monografia já estamos requisitando ao coronel que possa nos entregar, por favor.

Mas estou preocupado com algumas coisas, coronel. Por exemplo, o senhor diz no seu estudo que o Sul do País é um recurso para os traficantes do Rio, que muitos traficantes do Rio têm pego armas do Sul do País. Está aqui pelo menos no estudo. Não quero falar de agora, não, mas à época o que lhe deu essa convicção?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não é específico, porque o armamento que chegava ao Rio de Janeiro não era específico somente da Argentina. E já que o Uruguai, por inferição, seria uma triangulação na entrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me ler para ficar melhor para o senhor: *“Rio Grande do Sul é um verdadeiro corredor de armas procedentes da Argentina e do Uruguai, que se destinam principalmente ao Rio de Janeiro e São Paulo”*. Aí diz: *“elas passam pelas cidades de Uruguaiana, Guaraí, Santana do Livramento e Chuí, e são basicamente transportadas pelas BRs- 290, 153, 116 e 101”*.



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor. Não estou lembrado dessa parte verdadeira. De corredor, sim, mas por apreensão das Polícias Estaduais, Polícia Rodoviária Federal, que sinalizam a passagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, o que eu quero mostrar, coronel — e nós estamos aqui tentando resolver da mesma forma que o senhor teve uma competência e uma boa vontade muito grande para alertar as próprias Forças Armadas sobre esse problema. O problema é que nós tivemos agora há pouco uma reportagem de 4 repórteres da *Zero Hora* que ratificam tudo que o senhor disse. Quer dizer, só que a reportagem deles foi este ano e ratificam *ipsis literis* isso que o senhor disse: que a fronteira continua aberta, continuam vendendo armamento. Quer dizer, o senhor fez um estudo em 2002 — e este é o ponto que eu quero unir forças, porque eu não quero, daqui a 5 anos, que venha uma outra CPI e diga: “*Olha, a CPI lá já falou, mas continua tudo igual.*” O que eu quero dizer é que as coisas que o senhor falou no estudo hoje continuam da mesma forma. Veja, esses repórteres da *Zero Hora*, que até acho que nós vamos ouvir, lá, em Porto Alegre, numa diligência da CPI, eles disseram, pela transcrição deles, que continua do mesmo jeito, é fronteira aberta para vender arma do jeito que quiser. O senhor disse outra coisa aqui: que o Aeroporto Internacional Tom Jobim, que é o do Rio de Janeiro, se não estou enganado, seria o principal receptor de armas vindas dos Estados Unidos e do México. O senhor colocou isso.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor vê que nós ouvimos um delegado aqui, semana passada, que disse que ficou vigiando uma carga que vinha dos Estados Unidos num voo natural, normal, comercial, e ele ficou vigiando, só não pegou porque os traficantes foram mais espertos, botaram 2 kombis iguais e ele foi na kombi errada, mas disse que ele vigiou isso. Isso quer dizer o quê? Que continua do mesmo jeito: aeroporto internacional aberto para essa importação ilegal de armas, e o senhor já tinha alertado isso em 2002. Nós andamos 3 anos e o negócio parece que continua, com Estatuto do Desarmamento, com tudo, continua do mesmo jeito. E isso é uma coisa preocupante. O senhor falou que o Suriname é um grande fornecedor de armas de grosso calibre para as quadrilhas aqui nacionais. Na semana passada nós ouvimos de um traficante que ele sozinho encomendou 400 AK-47 do Suriname. Quer dizer, o que nós temos que fazer? Nós



não podemos só fazer diagnóstico. A CPI não quer fazer diagnóstico porque o senhor fez um diagnóstico, que a CPI está comprovando o seu diagnóstico — e parabéns pelo trabalho porque o seu trabalho está sendo comprovado pela CPI —, só que ela está comprovando hoje. Isso que é a coisa grave, que não evoluiu nada. De 2002 para 2005 não evoluímos nada, continua do mesmo jeito. Uma coisa me preocupou: quando o senhor falou que demora algum tempo, mesmo tendo o número da arma, para poder vir a procedência da arma, para onde foi ou coisa parecida.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Demorava, não é, porque na ocasião, talvez por estar iniciando esse processo de rastreamento, levava-se às vezes 1 mês como resposta, não sei se destinação, mas acredito que agora, atualmente, acredito que seja mais rápida essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, o que a CPI vai querer saber é que todas as armas apreendidas nós tenhamos um levantamento e um rastreamento da onde elas foram, para onde foram, onde foram vendidas. Pelo menos o último ponto de venda não deve ser uma coisa muito demorada. Por exemplo, a fábrica dizer para quem vendeu é um negócio de um dia. No mesmo dia tem que acontecer isso. Eu não consigo entender diferente, porque a fábrica mesmo que não tenha computador, que seja tudo em holeritizinho, mas o lote tal... É só pegar o lote tal foi vendido para quem? Isso aí leva uns 10 minutos no máximo para conseguirmos fazer, mas parece que há um entrave nesse negócio. Veja, para levar um mês!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que a nossa assessoria técnica, nossos consultores preparassem um requerimento que nós encaminháramos à fiscalização do Exército solicitando toda a documentação dos últimos 5 anos de todas as armas e munições exportadas e importadas, discriminando o importador, enfim, todas as informações necessárias, porque nós, repetidas vezes, estamos nos deparando com essa dificuldade. Há poucos dias, coronel, veio aqui um colecionador, um atirador, e tinha munição da Finlândia, centenas de balas de calibre 762 e de várias partes do mundo e insistiu aqui conosco que foi tudo comprado por clubes de tiro. Acho que nós poderemos preparar, acho que já é hora disso, Presidente, um requerimento completo para que nós possamos receber na CPI todas as informações, até porque a solicitação que foi



feita para as empresas a resposta que nos foi dada não foi suficiente, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu já vou preparar, Relator, é só dizer à Secretaria, a Secretaria deixa preparado o requerimento, na próxima sessão, nós não estamos com possibilidade de extra pauta, mas na próxima sessão nós já aprovamos esse requerimento.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Gostaria de registrar que a legislação na época restringia a compra, em muito, da munição para colecionadores e somente em caráter excepcional, em grandes datas, que seria uma comemoração de, digamos, âmbito nacional, que era autorizada a compra de munição em caráter restrito para aquele determinado evento. Então, isso aí inclusive era uma preocupação do comando lá no Rio de Janeiro e era uma briga que os colecionadores inclusive, às vezes, até afrontavam o agente que estava transmitindo, buscando cumprir a legislação vigente na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu colocar, coronel, uma questão. Nós não estamos com vontade na CPI de ver o que foi deixado de fazer. Nós estamos mais preocupados com o que nós podemos fazer, porque o que foi deixado de fazer é que institucionalmente o Brasil com todas as suas instituições falhou nesse controle de armas, tanto é que a nossa fronteira fica tão aberta, porque aí, se a fronteira está tão aberta é sinal de que o Ministério das Relações Exteriores nunca teve interesse, e não é neste Governo, no outro também, nunca teve interesse de tratar esse assunto com os seus vizinhos, porque a fronteira era escancarada nesse sentido, não houve uma preocupação nesse sentido. Sinal de que as polícias não tiveram muita preocupação em seus inquéritos em rastrear a procedência de armas ilegais. O Ministério Público também não teve preocupação em rastrear a procedência de armas ilegais, e, conseqüentemente, o Judiciário também não se preocupou com isso. Tanto as Polícias, Judiciário, Ministério Público não tinham preocupação com esse rastreamento de armas ilegais, e, conseqüentemente, as Forças Armadas também não tinham essa preocupação. Isso quer dizer o quê? Se nós formos culpar, temos que culpar todo mundo e até nós mesmos que não fizemos antes legislação mais apropriada, mais rígida nesse



sentido. Então, não adianta ficar culpando para trás. Eu vejo que muitas vezes o senhor está com receio e tentando justificar que a legislação é isso ou aquilo. Não. Acho que o mais importante daqui para frente é tentarmos ver para frente como vai fazer, porque eu não consigo ver... um rastreamento é a coisa mais simples. Rastreamento de uma arma que tem o número, ela sem número — e existe hoje através da perícia técnica a possibilidade de ver o número por baixo da raspagem. Quer dizer, isso é uma possibilidade que existe hoje com componentes químicos porque na hora que é feito o número ele é prensado no ferro. Como ele é prensado, ele deixa uma sombra mesmo depois da raspagem que é possível identificar. Então, isso poderia evoluir. Acho até que o Deputado Paulo Pimenta tem razão, já deveríamos ter inclusive uma fórmula de colocar número que não seja tão fácil de raspar. Quem pode dar essa fórmula é a perícia técnica, que poderia dizer qual é a dificuldade maior que qualquer um não fosse num esmeril e raspasse o número da arma. Mas mesmo esse número raspado ele deixa uma sombra que é possível identificar, desde que a raspagem não seja totalmente profunda e para ser totalmente profunda tem que fazer um buraco na arma. Então, dificilmente esse buraco vai acontecer. Agora o que eu não entendo é que isso, talvez, agora, eu vi o Gen. Rosalvo dizendo que vai ser por computação, porque isso atualmente nós temos algumas fábricas que dão para contar nos dedos das mãos, quer dizer, isso deveria estar ligado *on line*, toda produção deveria estar ligada *on line*, toda exportação, para que o Exército, não é um dia não, que leve no máximo 5 minutos para saber sobre aquela arma, para quem foi vendida, quando foi vendida, em que caráter foi vendida. Quer dizer... então isso nós temos que evoluir já. Não é uma coisa que demora. Não é uma coisa... quer dizer, apreendeu a arma, imediatamente nós temos que ter a possibilidade de em minuto saber a origem daquela arma, porque a investigação da arma não começa pelo fim, pela apreensão, começa pelo início, quando ela foi produzida. Aí se pega a linha, aí a fábrica vendeu para o revendedor, o revendedor vendeu para a loja, a loja vendeu para alguém. Então, se pega pelo menos o alguém, a gente sabe para quem foi vendida aquela arma. Aí o que se faz? Chama-se o alguém, diz: *“Essa tua arma matou um sujeito aqui. Como é que ela foi parar na mão do bandido, para matar o sujeito?”* Então, se faz a linha, e isso aí todo o mundo sabe. Mas não tem dificuldade. O que eu não vejo é como a fábrica não diz, em um dia, para quem aquele lote foi vendido. Porque nós estamos



falando em arma clandestina, nós estamos falando em arma que está matando, que está matando gente em nosso País. Inclusive, o seu levantamento mesmo colocou 45.000 mortes por ano de arma de fogo, se não me engano.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, veja, são 45.000 pessoas morrendo por ano por arma de fogo. E nós temos todo o entrave burocrático, que parece que não quer chegar onde essa arma terminou. Então, isso que nós temos... e aí, juntos, nós temos que fazer. A CPI não vai fazer sozinha, a CPI vai fazer junto com as Forças Armadas, vai fazer junto com a Polícia, vai fazer junto com o Ministério Público e com o Judiciário, mas precisamos unir esse esforço. Porque se nós tivermos isso na mão, com facilidade, nós vamos chegar para quem vendeu ilegalmente essa arma. E aquele que vendeu ilegalmente a arma, ele está sendo co-autor com o bandido que matou e usou aquela arma. Então, esse é o ponto que nós temos que chegar — e com rapidez. E muitas vezes a gente fica travado.

Eu quero saber outra coisa, houve no estudo um número, que é a única coisa que eu acho que não bate com o atual. Atualmente, nós temos um estudo feito por universidades que coloca em torno de 9 milhões de armas ilegais no País: 4 milhões na mão de bandido; 5 milhões oficiosas na mão de algum particular. O seu estudo coloca 20 milhões. Com base em que o senhor chegou a esse número?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - A parte de números, até o número de mortes também, hoje já... porque passaram a fazer um acompanhamento, então até baixou, está em torno de 38.000 atualmente. Então tem... são desconhecidos, às vezes, alguns estudos, depende do instituto. Mas esses dados que eu tenho são dados de Internet e publicados nos principais jornais nacionais e em termos de estimativa da proporção de cada cidade das armas ilegais apreendidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está certo.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Então, é estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então foi feita uma estimativa nesse sentido.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É a única quebra que tem um pouco é nesse sentido, de talvez até em razão da redução que houve.



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, o que eu quero mostrar... eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre essa fronteira, essa fronteira aqui do Acre, que é uma fronteira que ainda não foi muito explorada pela CPI, Rondônia e Acre: Guajará-Mirim, Plácido de Castro, Brasiléia. Que o senhor falasse um pouquinho sobre esse ponto. O que o senhor encontrou lá?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Na Bolívia, inclusive isso aí... eu já estive, inclusive, lá na cidade de Montevidéu, e tem ali uma área de livre comércio, em que as armas, naquele país, são comercializadas normalmente, inclusive por ex-agentes do Estado e em estabelecimento normal. Como a presença na faixa de fronteira do Estado é muito tênue e pelas cidades gêmeas, é normalmente por onde entram essas armas ilegais, que não estão autorizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o senhor acha que ali tem, inclusive, gente vinculada à Polícia, Forças Armadas, coisa assim, que faz essa venda?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Inclusive, eu já estive na ocasião, acho que em 2001, junto com... na época era uma Secretaria de Segurança Pública no Estado do Acre, e visitei essas localidades juntamente com ela. Então, nós chegamos a essa conclusão, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que o senhor viu, assim, *in loco*?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Na ocasião, mulas da parte de drogas, com mochilas, carregando grande quantidade de dinheiro, na hora de ser preso, até para fugir, subornar o policial. E a facilidade com que... eu mesmo, à paisana, o dono do estabelecimento em Montevidéu me ofereceu pistola 9 milímetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para saber, é Vila Montevidéu, na Bolívia, não é?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Na Bolívia, no Distrito de Pandori.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que seria fronteira aí com Plácido de Castro?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Certo.



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Então, a tal facilidade sem a exigência de qualquer documento. Então, é muito fácil a aquisição de arma nesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vila Montevidéu.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É sim, senhor. Lá tem uma área de livre comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tem arma de todos os calibres ali, como é que é?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu vi várias armas, e como passei poucas horas... pelo menos 9 milímetros, que é um calibre perfurante, tinha com facilidade; e calibre 12, espingardas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, vendia livremente. Era só ter o dinheiro.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E para passar na fronteira, tinha alguma dificuldade?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É porque a fronteira... que normalmente essas rotas, elas hoje, inclusive a gente está procurando mais a parte das conexões, é o homem, para onde ele está se deslocando. Porque tem um posto fixo num determinado ponto da fronteira, e como a fronteira é muito ampla, nossa faixa de fronteira era quase 16.000 quilômetros, há um desbordamento desse posto. Como disse também antes, a presença do Estado é tênue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na CPI do Narcotráfico, só corroborando com o que o senhor está falando, na CPI do Narcotráfico, nós sobrevoamos a fronteira, na parte seca da fronteira, lá no Mato Grosso, e era interessante. Onde tinha o grupamento, tinha a estrada que passava dentro do grupamento e, pelo helicóptero, a gente via mais 2 ou 3 dando a volta no grupamento, assim. Quer dizer, se fizesse a fiscalização, corroborando com a sua idéia, se fizesse a fiscalização fixa, de nada ia adiantar. Até a estrada lá era circundando o grupamento de fiscalização, corroborando com essa sua idéia.

Agora, o senhor está trabalhando na Amazônia. Nós temos comprovado já que o Suriname, e o senhor já falava aqui, que o Suriname era um exportador de armas de guerra para o Brasil. E aqui... Veja que a gente tinha a idéia errada de que o Suriname só fazia... talvez por causa daquela quadrilha do Leonardo Dias



Mendonça, que foi pega, que aquela quadrilha pegava arma... pegava ouro no Pará. Esse ouro se transformava em arma no Suriname. Do Suriname essas armas iam para a Colômbia para as FARC. E das FARC voltava cocaína, tanto para cá, quanto para ser exportada. E esse dinheiro, depois, então era lavado. Agora, nós vimos, com a CPI, uma confirmação daquilo que o senhor já afirmou aqui, que muitas armas de grosso calibre estariam vindo do Suriname para traficantes até do Rio, Norte, Nordeste, mas do Rio também e São Paulo. E nós vimos, por exemplo, o Marquinho Niterói encomendando 400 rifles daqueles AK-47, que é uma arma usada militarmente já há muito tempo, uma arma russa, e encomendando justamente do Suriname. O telefonema era para alguém do Suriname, essa encomenda. Como é que anda isso lá, já que o senhor está lá? O senhor acha que houve alguma inibição? O que o senhor pensa?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Com os novos mecanismos de implantação do SIVAM, com essa parte e com as aeronaves do próprio SIVAM, a parte aérea, segundo estatística, tem reduzido, mas os meliantes têm procurado outra forma e, principalmente, a parte dos rios e a terrestre. Com a nova lei...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para... O senhor esteve no Suriname há pouco, agora?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não, senhor, na Guiana Francesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, ele esteve na Guiana Francesa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ah, o senhor esteve só na Guiana Francesa. E lá na Guiana é parecido, assim, com a Bolívia a facilidade de compra de armas?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não, senhor. Não, senhor. Ela realmente é território do Primeiro Mundo. Então, não tem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No Suriname o senhor não esteve?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Então, não tem uma estrutura, uma organização...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No Suriname o senhor não esteve?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não, senhor. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque a Guiana é território francês.



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim. A legislação é idêntica à da França.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é que eles estão agindo.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O que se sabe é que estão buscando a parte terrestre, que é mais dispendioso para eles, e a parte dos rios. Quando chegam a uma determinada cidade, então, é que vão fazer um intermodal do meio de transporte. Começa, às vezes, no fluvial e vai para o aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor está corroborando aquilo que foi dito: que atravessam a fronteira, ou por meio fluvial ou por meio terrestre, até chegar em um vôo cadastrado, que não chame a atenção das autoridades.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Por determinação, inclusive lá do nosso comando, temos um reconhecimento de fronteira. Com essa nova Lei nº 117, que dá poder de polícia para a tropa que está na faixa de fronteira, tem sido aumentada a fiscalização. Dá para se constatar essa busca por um meio terrestre, face à nossa fiscalização. Não só na parte de armas como também, às vezes de outros produtos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a segurança que esse pessoal tem? Por exemplo, uma encomenda de 400 AK-47, não é uma carga pequena, não é?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É uma carga que enche um caminhão, eu acho. Porque a AK-47, 400, não sei quantas cabem em uma caixa, mas devem entrar umas 10 armas por caixa. Seriam umas 40 caixas de AK-47.

Por que essa segurança do cara? Agora há pouco telefonou e fez essa encomenda?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Talvez seja pela impunidade. Quando eu estava inclusive citando a legislação da época, eu queria só informar, é porque a legislação existe. O problema é o cumprimento da norma existente. O senhor entendeu? Por isso, às vezes, quando eu me reporto, falo, é que o cumprimento da norma estabelecida é que deve facilitar esse trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que está essa integração. Eu vejo fundamental uma integração nessa área, principalmente de controle de armamento, entre Exército, Polícia, Ministério Público e Judiciário. Como é que se dá essa integração?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Na época em que eu estava no Rio de Janeiro era bom. Como falei inicialmente, participava de conselhos em que eram acordados ali procedimentos, inclusive procedimentos operativos. Foi acordado até uma iniciativa do próprio comando na época. Inclusive um Deputado hoje, Deputado Josias Quintal, que, na ocasião, era Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Na faixa onde estou servindo atualmente, pela dificuldade existente, a gente até fala que a selva, a dificuldade amazônica nos une, então, o relacionamento desses órgãos públicos, principalmente nas grandes cidades, posso considerar excelente. Também na faixa de fronteira, existem reuniões mensais entre aquelas tropas que se encontram na faixa de fronteira e bimensal do grande comando que está mais distante da faixa de fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor coloca aqui que no Pará, na cidade de Belém, em cidades como Abaitetuba e Marabá é grande a quantidade de armas roubadas e que são enviadas a gangues. Tanto Macapá quanto interior da Amazônia. Como é que é isso?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Nessa faixa, as armas que inclusive também alguns estudos sinalizam que armas que saíram da Região Sul sobem para a Região Norte e Nordeste. Nessas cidades, porque é cidade portuária, às vezes, sobe o armamento, descia a droga. Mas, pelo tempo, hoje isso já deve ter reduzido. Descia a droga pelo rio e subiria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. E esse armamento seria procedente de onde?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Bom, basicamente na Região Norte o armamento utilizado é a espingarda ou rifle. Esse armamento automático como o AK-47, o AR-15, na ocasião do estudo eu não tomei conhecimento, é só em caso esporádico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas o senhor fala que eram roubadas em Belém. Roubadas de quem?



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Bom, roubadas normalmente de fóruns judiciais onde se guarda uma quantidade de armas, às vezes frutos de próprios órgãos estaduais, de residência de militares, de residência de policiais. Então, com a necessidade da droga ter que ter um poder intimidador e garantir a posse daquela droga ilegal, houve uma escalada em busca de armas para defesa dos seus grupos. Então, fóruns, estabelecimentos públicos que detêm armas, residências de policiais militares, normalmente são alvos de incursões da criminalidade em busca de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Geralmente nessas 3 cidades acontece isso.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Aí acaba... desova nessas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acaba indo para lá. Eu sei que com o SIVAM e a com a Lei do Abate, os vôos transnacionais, principalmente os vindos de fora, diminuíram bastante, porque há possibilidade de identificação e até com o SIVAM e a identificação e com a atuação de aeronaves das Forças Armadas há a possibilidade do abate dessas aeronaves que entram. Que tipo de operação nós temos para deter a substituição? Porque, por exemplo, nós vetamos uma rota, inclusive há uma nova rota que eles estão falando, inclusive nós ouvimos aqui na CPI. Eles estão saindo do Suriname de avião, costeando a costa em águas internacionais, em espaço aéreo internacional e entrando pelo Nordeste. Essa seria uma nova rota vinda de avião e não por terra. Já que o senhor colocou que o Nordeste muitas vezes fazia já esse entreposto em 2002, o que o senhor pensa sobre isso?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu na ocasião o que eu sei de análise é que armas do sul, daqui de São Paulo, Rio de Janeiro, subiram inclusive para o polígono da maconha. Então, tinha uma certa quantidade de armas ali existente, que deram-se inclusive algumas operações no polígono da maconha. Grupos organizados, na ocasião — acho que é o Comando Norte, chamavam Comando Norte, que seria uma facção do Comando Vermelho ou uma terceirização dessas armas nessa área — , onde eles atuavam mais em assaltos a ônibus e a estabelecimentos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A questão dos portos, como é que o senhor vê essa facilidade na questão dos portos?



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu acredito que agora com a nova legislação, exigência e a modernização dos portos vai muito melhorar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu colocar diferente para o senhor não se preocupar. Na sua época como é que o senhor via esse problema da questão dos portos, em 2002?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Como eu falei inicialmente, a parte aquática é um local de fácil acesso, porque mesmo que não chegue ao porto, mas nas proximidades há uma desova com uma lancha de um porte, que mesmo possa suportar a água marítima em alto mar. Então, chega ao porto com tranqüilidade. Agora, a fiscalização eu nunca fiz desembarço alfandegário no porto. Então, só por registro, inclusive de mídia, e da dificuldade que a gente encontrava de relatórios de oficiais que iam fazer o desembarço alfandegário é que a gente sabe que é difícil a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais uma vez eu corroboro o que o senhor está falando. Na verdade, lanchas que podem ir — não diria em alto mar, mas pelo menos....

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Se afastar um pouco do litoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se afastar um pouco, realmente fazem. Nós temos denúncias de traficantes exatamente dessa forma. O navio fica ao largo, a lancha que pode aportar em qualquer lugar da costa vai lá, pega o armamento e descarrega na costa tranqüilamente, sem fiscalização nenhuma. Então para o senhor vê que continua do mesmo jeito, continua da mesma forma, a fiscalização que nós temos nesse sentido.

Passaram-se 3 anos E eu quero dizer que o seu trabalho tem consistência. Não pense que não tem, porque a CPI está corroborando tudo o que seu trabalho disse há 3 anos. Infelizmente, eu gostaria de não estar corroborando, de estar dizendo, não, hoje em dia, já não tem isso. Mas, praticamente, tudo o que o senhor colocou no seu trabalho, na sua monografia, hoje está sendo comprovada pela CPI, de modo que nós não vimos nenhuma ação que coibisse isso. Infelizmente, e inclusive com a publicação do seu trabalho em alguns meios de comunicação. Só que, infelizmente, continua da mesma forma. Essa região de Letícia e Tabatinga, o que o senhor teria nesse sentido?



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Esta região, ela, realmente, é sabido que ocorre ilícito, apesar da presença, ali, dos órgãos públicos, mas é muito forte até a capacidade de cooptação do crime organizado. Então, nós temos uma especial atenção para evitar que agentes do Estado, eles sejam cooptados e continuem passando drogas por ali e provavelmente armas. Drogas, eu tenho certeza, porque em Manaus tem sido publicada a apreensão de drogas que vêm de Letícia e Tabatinga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Letícia é de que país?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Vizinha. Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Colômbia. E ali perto tem Venezuela também?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Não, mas para direita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais para direita.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - É. Lá em cima. Mais para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, da Colômbia e Letícia é praticamente correto...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que tenha esse tráfico? E como eles fazem para trazer? Por avião, também, que sai de Tabatinga? Porque tem rota normal de Tabatinga a Manaus.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Permite-me, Sr. Presidente?

Coronel, eu estive em Tabatinga a convite do Exército. Então, ali na fronteira entre Tabatinga e Letícia é como se fosse uma mesma cidade. Então, na realidade, a fiscalização que é feita, ela é feita no aeroporto e no rio. Como não tem como sair por lá, não tem estrada para sair. Então, a entrada de qualquer produto que tu quiseses trazer da Colômbia para o Município de Tabatinga não há nenhum tipo de fiscalização. Há uma fiscalização para sair de Tabatinga para ir para outro lugar. Da mesma forma do lado de lá. Um exemplo bem simples, mas ilustrativo. Na Colômbia, não é obrigatório o uso de capacete para andar de moto, entendeu? Então, em Tabatinga também não, porque não há nenhum tipo, não é possível, pelo volume da circulação. Então, corrija-me se eu estiver errado, coronel, mas não há nenhuma possibilidade hoje de controlar nada na fronteira entre Tabatinga e Letícia. Pode ser de Letícia para dentro da Colômbia e de Tabatinga para dentro do Brasil, não é?



O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor acha que... o senhor fez referência aqui à nova legislação que permite a atuação do Exército com poder de polícia em faixa de fronteira, não é?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês já perceberam uma alteração substancial na capacidade de ação do Exército, porque uma das grandes questões que nós discutimos, quando na nossa ida à Amazônia, foi exatamente essa falta de prerrogativas legais que permitissem ao Exército uma atuação com o poder de polícia na faixa de fronteira. A partir da nova legislação, o senhor analisa que já houve uma capacidade maior de eficiência por parte da ação do Exército?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - O que eu posso dizer ao senhor é que com esse poder de polícia as embarcações estão sendo vistoriadas e vendo toda a mercadoria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, além disso aquelas ações de organizações não-governamentais próximas à região de fronteira, que o Exército não tinha possibilidade de fazer um trabalho mais ostensivo de identificação, isso alterou já o procedimento de trabalho da região?

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Está sendo feito. Está sendo feito. Mas não é a minha área, eu não posso afirmar ao senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Eu sei dessa parte das vistorias das embarcações, como diz lá, o patrulhamento que é feito na faixa de fronteira...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O juizado está abordando...

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Isso, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA -...o trabalho que até então não era possível de ser realizado.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Muito obrigado, coronel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, coronel, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela pesquisa, pela monografia que o senhor fez e dizer que vamos precisar muito do auxílio das Forças Armadas e vamos precisar muito do auxílio das instituições, porque infelizmente tudo que foi posto na sua monografia



hoje nós estamos corroborando que continua do mesmo jeito, com novas legislações, novos procedimentos e tudo o mais. Mas o que eu não quero é aquilo que o senhor mesmo falou, que não adianta ter a legislação se não há aplicação da lei.

O que a CPI vai batalhar muito é para que essa lei entre em prática e seja aplicada, porque se ela não for aplicada não vai adiantar coisa nenhuma, vai ser uma lei de papel, uma lei folclórica e vamos continuar. É preciso todo mundo entrar nessa questão. Vejam que o próprio Ministério de Relações Exteriores dá tão pouca importância a esse fato que há 2 meses, não, há 1 mês e meio nós estamos tentando entrar em contato com o Ministro de Relações Exteriores e parece que ele ainda não julgou importante esse contato com a CPI. Há 1 mês e meio. Parece que todos os outros Ministros entraram mas o Ministro de Relações Exteriores...E veja que é o trabalho mais importante é esse trabalho de relações exteriores porque a nossa fronteira está francamente aberta ao tráfico de armas.

Se não tivermos comissões mistas, que é uma possibilidade internacional que podemos ter, tratados internacionais que possamos tirar esse supermercado de armas da nossa fronteira vai continuar tudo igual. Não adianta. Podemos fazer 500 leis aqui no País que vai continuar tudo igual. Talvez o dia em que botar prisão perpétua para traficante de armas pode ser que mude um pouquinho, porque senão não vai adiantar coisa nenhuma, senão não adianta porque vai continuar esse tráfico acontecendo.

Temos que ter ações efetivas nesse sentido. É por isso que a CPI se preocupa. O que fizemos até agora foi a primeira parte da CPI e o diagnóstico não ficou muito diferente do seu diagnóstico de 3 anos atrás. Ficou muito parecido. São ações simples como o controle do armamento apreendido e da imediata identificação. Isso é uma ação simples, saber o lote, para quem foi vendido e tudo mais. Isso era para ser imediato, a arma caiu no depósito era para lançar o número dela no computador, que imediatamente daria o roteiro dessa arma. Isso era uma ação simples para ser feita, sem mistério nenhum.

Outras ações podem ser implementadas como a fiscalização de fronteira ser estendida na fronteira seca. Hoje temos uma fiscalização aérea e poderíamos estender essa fiscalização para a fronteira seca, para a parte hidrográfica da fronteira. Poderíamos ter a Marinha e o Exército atuando mais, que junto com a



Aeronáutica fariam essa fiscalização de fronteira. Essa é uma ação que pode imediatamente ser feita. Gostaria até de falar com o Ministro da Defesa para ver se saímos com uma operação do Exército, Marinha e Aeronáutica nesse sentido.

Fizemos uma operação agora. Sei que sempre entra o problema de verba, o problema de condições, tenho falado isso com os assessores do Exército aqui sempre, Marinha e Aeronáutica, e sempre temos esse problema. Mas é algo que devemos incrementar em conjunto com a Polícia Federal. Se realmente queremos fazer uma fiscalização para valer tem que ser nesse sentido.

E uma fiscalização muito maior do que estamos fazendo nas fábricas aqui de dentro porque infelizmente boa parte das armas nas mãos dos bandidos ainda é de fabricação nacional. Temos que fazer uma fiscalização muito maior em cima disso para podermos responsabilizar. Vimos aqui, por exemplo, um comerciante que disse que recebia munição sem nota, que achava muito comum isso, não tinha o menor problema, transportava-a em fundos falsos, que não tinha o menor problema para isso.

Quero agradecer a presença de V.Sa. aqui. O importante que eu acho disso tudo foi mostrar ao nosso povo que infelizmente no controle da arma proibida, da arma ilegal, nós não estamos avançando quase nada. Se avançamos no controle da arma permitida, no controle da arma ilegal, avançamos quase nada. Praticamente nada. Avançamos no papel. Está na hora de sair do papel e avançarmos na prática o que avançamos no papel.

Agradeço a V.Sa. a presença. Desde já, com a gratidão de toda a CPI, V.Sa. está dispensado. Se quiser dar alguma palavra final, tem o microfone para dar as suas considerações finais.

O SR. DIÓGENES DANTAS FILHO - Agradeço-lhes a oportunidade. Como o senhor, eu também fico um pouco frustrado de que o trabalho ainda tem muita coisa para melhorar. Permaneço à disposição dos senhores lá no Comando Militar da Amazônia para qualquer outro esclarecimento, através do Canal de Comando do Exército.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Digo que ainda vamos precisar da ajuda, que a CPI ainda vai fazer uma diligência na Amazônia sobre essa questão. Muito obrigado, coronel.



Havendo número regimental, informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 16ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Relator.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão.

Não havendo quem queria discutir, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Deliberação de requerimentos.

Requerimento nº 65/05, do Sr. Colbert Martins, que requer ouvir da Comissão sejam realizadas diligências e audiência pública na cidade de Feira de Santana, para ouvir pessoas envolvidas com o tráfico de armas e munição naquela cidade.

O Deputado Colbert explicou a esta Presidência que em razão dos depoimentos seria interessante uma diligência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Colbert Martins, que requer ouvir da Comissão seja realizada diligência no Suriname, para tomada de informações sobre a existência de rota de tráfico entre aquele país e o Brasil. É uma diligência que vai ser complexa, não vai ser algo por agora, ainda vamos juntar mais informações, mas se faz necessária, em razão do que vimos acontecendo em vários cantos do País com armamento do Suriname.

Aqueles que queiram discutir, está aberto para discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Um requerimento de minha autoria. Solicito a V.Exa. que presida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Requerimento nº 67/05, de autoria do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convocado, na qualidade de testemunha e intimado, o Sr. Alessandro Siton, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por haver indícios de envolvimento no comércio ilegal de armas.

Em discussão.

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, só para explicar que esse foi um dos citados naquela questão do tráfico de munição e granadas para o Rio de Janeiro. Então, é auto-explicativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão, os que discordam manifestem-se de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Voltando a Presidência à minha pessoa, há um requerimento do Deputado Paulo Pimenta, para que seja autorizada realização de diligência no Estado do Rio Grande do Sul, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Exatamente, Sr. Presidente. A idéia é preparar já a ida da nossa Comissão à audiência pública que deverá ocorrer no Estado, nos dias 02 e 03 de junho, e já iniciar também o planejamento dessa diligência que pretendemos fazer nos países do MERCOSUL. Também é uma diligência que deverá ocorrer mais adiante, mas existem um conjunto de procedimentos administrativos e burocráticos que precisam começar a ser organizados. Por isso, há necessidade de aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Informo ao Deputado Colbert Martins que seus requerimentos já foram aprovados.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Presidente, eu lhe agradeço, é que eu estava na CCJC, ao mesmo tempo, com relação a salário de médicos e dentistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está certo.

Item 5 da pauta.

Requerimento nº 69/05, do Deputado Paulo Pimenta, que requer seja designado para realizar visitas ao Rio Grande do Sul e aos países limítrofes. É mais ou menos no mesmo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Exatamente, Sr. Presidente. É só no sentido de, conforme orientação de V.Exa., já ter uma designação oficial para que todos os procedimentos que serão adotados a partir da próxima segunda-feira já sejam feitos com o respaldo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peça, inclusive, se possível, Manoel, que o Presidente assine ainda hoje um documento que eu possa carregar em mão, designando-me para essas diligências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Requerimento nº 70/05, de autoria do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convocado, convidado, melhor, o Sr. Gilson Pitta Lopes, Chefe da 2ª Seção Militar do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Setor de Inteligência, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O requerimento é justamente ao Setor de Inteligência do Rio de Janeiro. Teremos também delegados do Rio de Janeiro prestando depoimento. Seria interessante o Setor de Inteligência da Polícia Militar também esclarecer a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que concordem permaneçam como estão, os que discordem manifestem-se de outra forma. *(Palmas.)*



Aprovado o Requerimento nº 70/05.

Passamos imediatamente à discussão do Requerimento nº 71/05, de autoria do ilustre Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. Rodolfo Waldeck Penco Monteiro, da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Civil do Rio de Janeiro — CINPOL, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, quero fazer o adendo a esse requerimento. Ele pediu a presença de outro delegado: o Sr. Delegado Roberto de Melo Aníbal. E acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Esta Presidência compreende que a solicitação verbal de V.Exa. já está aceita. Nós iremos votar o requerimento, que solicita a presença, além do Sr. Rodolfo Waldeck Penco Monteiro, do Delegado Roberto de Melo Aníbal, da Polícia Civil de São Paulo, que igualmente deverá se fazer presente para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão.

Não havendo quem quera discutir, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão, os que discordam manifestem-se de outra forma. (*Palmas.*)

Aprovado por unanimidade.

Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço a todos participação nesta reunião de hoje. Desde já convoco-os para reunião terça-feira, às 14h, quando teremos 2 depoimentos importantíssimos de um pessoa que está presa e de um delegado que, com base nas declarações desse preso, fez uma investigação incrível, em termos de tráfico de armas.

Então, dou por encerrada a sessão, convocando outra para terça-feira, às 14h.